

AgRg no RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 113.620 - PR (2019/0157682-6)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
AGRAVANTE : EDSON PAULO KLEMB
ADVOGADO : SAMUEL CAMARGO FALAVINHA - PR065874
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

EMENTA

PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. ART. 38-A DA LEI N. 9.605/1998. PEDIDO DE INTIMAÇÃO PARA A SESSÃO DE JULGAMENTO DO AGRAVO. IMPOSSIBILIDADE. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. NÃO OCORRÊNCIA. INQUÉRITO POLICIAL INSTAURADO COM BASE EM BOLETIM DE OCORRÊNCIA. POSSIBILIDADE.

1. Nos termos do art. 159, inciso IV, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, "*não haverá sustentação oral no julgamento de agravo*".

2. O trancamento da ação penal por ausência de justa causa exige comprovação, de plano, da atipicidade da conduta, da ocorrência de causa de extinção da punibilidade e da ausência de lastro probatório mínimo de autoria ou de materialidade, o que não se verifica na presente hipótese.

3. No caso, concluiu o Tribunal de origem que a inicial acusatória pautou-se em elementos probatórios mínimos, porquanto o recorrente "*destruiu/danificou vegetação secundária, em estágio avançado de regeneração do Bioma Mata Atlântica, atingindo espécies ameaçadas de extinção, tais como imbuia, pinheiro, Miguel pintado, cedro, dentre outras espécies, consoante Inquérito Policial nº 96240/2016 [...]*"

4. É possível que a investigação criminal seja perscrutada a partir de requisição ministerial pautada em *notitia criminis* veiculada em boletim de ocorrência. É o que se convencionou a denominar, em doutrina, de *notitia criminis* de cognição mediata (ou provocada), terminologia obtida a partir da exegese do art. 5º, inciso II, do CPP, do qual se extrai que "*nos crimes de ação pública o inquérito policial será iniciado mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público [...]*".

5. Agravo regimental desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Laurita Vaz, Sebastião Reis Júnior, Rogerio Schietti Cruz e Nefi Cordeiro votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 26 de novembro de 2019 (data do julgamento).

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator